

ATA NÚMERO 267/XII/3.^a SL

Aos 2 dias do mês de abril de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Presidente da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., no âmbito da prossecução do plano de atividades da Comissão.
2. Apreciação e votação das atas n.º 264 e 265, referentes às reuniões de 26 e 28 de março, respetivamente.
3. Votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.^a (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes
4. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 212/XII/3.^a (GOV) – Aprova um novo regime jurídico das assembleias distritais.
Autor do parecer: Senhor Deputado João Paulo Correia (PS).
[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 2 de abril].
5. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 481/XII/3.^a (PCP) – Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública.
Autor do parecer: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 3 de abril]
6. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 525/XII/3.^a (BE) – Repõe a taxa do IVA na eletricidade nos 6%.
Autor do parecer: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).
[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 3 de abril].
7. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 528/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) – Alteração à Lei dos Baldios (altera a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, com redação da Lei n.º 89/97, de 30 de junho, que estabelece a lei dos baldios, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e efetua a nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro).
Autor do parecer: Senhor Deputado António Gameiro (PS).
[Iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 2 de abril].

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

8. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 531/XII/3.^a (PS) – Altera a Lei Geral Tributária para que o Estado não inviabilize sistematicamente os Planos Especiais de Recuperação de Empresas.
Autor do parecer: Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD).
[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 3 de abril].
9. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.
10. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para audição da Secretária de Estado do Tesouro sobre o tratamento dado pelos CTT à comercialização de instrumentos de dívida (Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro Poupança Mais).
11. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS para audição, com carácter de urgência, do Secretário de Estado da Administração Pública, sobre a substituição da Contribuição Extraordinária de Solidariedade por um mecanismo permanente que permita ajustar anualmente o valor das pensões à evolução de vários indicadores económicos e demográficos.
12. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 371/XII/3.^a, de iniciativa da Junta de Freguesia de S. Mamede Infesta e Sr^a da Hora – Pretendem que a 2^a Repartição de Finanças do Concelho de Matosinhos não seja encerrada.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.
13. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 372/XII/3.^a, de iniciativa de Carlos Alberto Anacleto Galvão e outros – Pretendem que a Autoridade Tributária cumpra as Convenções de Dupla Tributação sobre a tributação dos rendimentos de trabalho dependente auferidos fora de Portugal.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
14. Distribuição de iniciativas europeias.
15. Outros assuntos.

1. Audição do Presidente da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., no âmbito da prossecução do plano de atividades da Comissão.

O Senhor Presidente deu as boas-vindas ao Presidente da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., enquadrando a audição no âmbito das audições regulares, de carácter anual, com as entidades cuja atividade é acompanhada pela Comissão, após o que deu a palavra ao Senhor Presidente do IGCP.

O Senhor Presidente do IGCP efetuou uma alocução inicial, no âmbito da qual deu conta da missão e objetivos de atuação da Agência, a evolução das condições de mercado, o programa de financiamento e gestão da tesouraria em 2013/2014, a gestão da dívida direta do Estado e a evolução dos custos de financiamento.

Intervieram, na primeira ronda de intervenções, os Senhores Deputados João Galamba (PS), Afonso Oliveira (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Senhor Presidente do IGCP respondido, individualmente, às questões suscitadas.

No âmbito da segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Afonso Oliveira e Paulo Sá (PCP), tendo o Senhor Presidente do IGCP respondido, em conjunto, às questões colocadas.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente as apresentações efetuadas e a gravação da audição, podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

2. Apreciação e votação das atas n.º 264 e 265, referentes às reuniões de 26 e 28 de março, respetivamente.

As [atas n.ºs 264 e 265](#), referentes às reuniões de 26 e 28 de março, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP e do BE.

3. Votação indiciária, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.^a (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes.

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para uma reunião seguinte da Comissão.

4. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 212/XII/3.ª (GOV) – Aprova um novo regime jurídico das assembleias distritais.

Autor do parecer: Senhor Deputado João Paulo Correia (PS).

[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 2 de abril].

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 212/XII/3.ª \(GOV\)](#), dando conta dos objetivos da iniciativa e propondo a fusão dos pontos 3 e 4 das Conclusões, atentos os desenvolvimentos nesta matéria, após o que, tendo sido saudado pelo Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) e não se registando intervenções em sede de debate, foi o parecer votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

5. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 481/XII/3.ª (PCP) – Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública.

Autor do parecer: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 3 de abril]

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o parecer ao [Projeto de Lei n.º 481/XII/3.ª \(PCP\)](#), dando conta dos objetivos da iniciativa. Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), após o que o parecer foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

6. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 525/XII/3.ª (BE) – Repõe a taxa do IVA na eletricidade nos 6%.

Autor do parecer: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).

[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 3 de abril].

O Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) apresentou o parecer ao [Projeto de Lei n.º 525/XII/3.ª \(BE\)](#), dando conta dos objetivos da iniciativa e dos seus antecedentes. Não se registando intervenções em sede de debate, foi o parecer votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

7. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 528/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) – Alteração à Lei dos Baldios (altera a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, com redação da Lei n.º 89/97, de 30 de junho, que estabelece a lei dos baldios, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e

efetua a nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro).

Autor do parecer: Senhor Deputado António Gameiro (PS).

[Iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 2 de abril].

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) apresentou, em nome do Senhor Deputado António Gameiro (PS), ausente em trabalhos parlamentares, o parecer ao [Projeto de Lei n.º 528/XII/3.ª \(PSD/CDS-PP\)](#), dando conta dos objetivos da iniciativa e do teor do parecer. Não se registando intervenções em sede de debate, foi o parecer votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

8. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 531/XII/3.ª (PS) – Altera a Lei Geral Tributária para que o Estado não inviabilize sistematicamente os Planos Especiais de Recuperação de Empresas.

Autor do parecer: Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD).

[iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 3 de abril].

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou, em nome do Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD), ausente em trabalhos parlamentares, o parecer ao [Projeto de Lei n.º 531/XII/3.ª \(PS\)](#), dando conta dos objetivos da iniciativa e do teor do parecer, após o que o parecer foi votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

9. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.

Atento o consenso obtido, a Comissão deliberou, no que diz respeito ao ano de 2013, determinar ao Governo auditorias a (i) Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e (ii) Instituto da Segurança Social, I.P. e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., no âmbito da atribuição inicial, verificação das condições de manutenção e de reavaliação do direito e pagamento das seguintes prestações de mínimos sociais do subsistema de solidariedade: Complemento Solidário para Idosos (CSI) e Rendimento Social de Inserção (RSI). Determinou, ainda, solicitar ao Tribunal de Contas a realização de auditorias à Águas de Portugal e à Autoridade Tributária e Aduaneira, no âmbito da atribuição de benefícios fiscais ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais, desde 2011.

10. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para audição da Secretária de Estado do Tesouro sobre o tratamento dado pelos CTT à comercialização de instrumentos de dívida (Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro Poupança Mais).

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o Requerimento, dando conta da sua fundamentação e recordando afirmações já prestadas por diversas entidades no âmbito da tramitação, em curso, da [Petição n.º 313/XII/3.ª](#).

Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), que considerou tratar-se de uma matéria relevante, pelo que propôs que fosse alargado o âmbito da audição já agendada, sobre outro tema, com o membro do Governo em questão, assegurando o tratamento autónomo de cada assunto, o que mereceu o consenso dos Grupos Parlamentares, verificando-se a ausência do BE.

11. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PS para audição, com carácter de urgência, do Secretário de Estado da Administração Pública, sobre a substituição da Contribuição Extraordinária de Solidariedade por um mecanismo permanente que permita ajustar anualmente o valor das pensões à evolução de vários indicadores económicos e demográficos.

O Senhor Presidente deu conta da apresentação do Requerimento em apreço na reunião anterior, tendo a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) efetuado a sua fundamentação. Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), que recordou estar em curso o Grupo do Trabalho em sede do Governo, termos em que se afigura útil aguardar pelas respetivas conclusões. Usou, igualmente, da palavra o Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP), que subscreveu a intervenção anterior, sublinhando a necessidade de prudência quanto a aguardar os resultados do Grupo de Trabalho em apreço, sem prejuízo de uma eventual audição em momento posterior.

Não se registando consenso, foi o Requerimento submetido a votação e rejeitado com os votos favoráveis de PS e PCP e contra de PSD e CDS-PP, registando-se a ausência do BE.

12. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 371/XII/3.^a, de iniciativa da Junta de Freguesia de S. Mamede Infesta e Sr^a da Hora – Pretendem que a 2^a Repartição de Finanças do Concelho de Matosinhos não seja encerrada.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A Comissão apreciou a Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 371/XII/3.^a](#), tendo deliberado admiti-la, após o que o Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou como relator o Senhor Deputado Fernando Barbosa (PS).

13. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 372/XII/3.^a, de iniciativa de Carlos Alberto Anacleto Galvão e outros – Pretendem que a Autoridade Tributária cumpra as Convenções de Dupla Tributação sobre a tributação dos rendimentos de trabalho dependente auferidos fora de Portugal.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

A Comissão apreciou a Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 372/XII/3.^a](#), tendo deliberado admiti-la, após o que o Grupo Parlamentar do PSD indicou como relator o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD).

14. Distribuição de iniciativas europeias.

A Comissão distribuiu, para elaboração de relatório, a [Proposta de Decisão do Conselho que autoriza Portugal a aplicar uma taxa reduzida do imposto especial sobre o consumo do rum e dos licores produzidos e consumidos na Região Autónoma da Madeira e dos licores e aguardentes produzidos e consumidos na Região Autónoma dos Açores](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relator a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD); e a [Proposta de Decisão de Execução do Conselho que altera a Decisão de Execução 2011/344/UE relativa à concessão de assistência financeira da União a Portugal](#), tendo o Grupo Parlamentar do PS indicado como relator o Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS).

Os Senhores Deputados tomaram, ainda, conhecimento de um conjunto de iniciativas europeias.

15. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu conta da confirmação da audição com o Governo a 9 de abril, no âmbito da apreciação, na especialidade, [Proposta de Lei n.º 211/XII/3.ª \(GOV\)](#).

De seguida, o Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD), Coordenador do [Grupo de Trabalho – Contratos de Crédito à Habitação \(revisão da legislação\)](#), deu conta da conclusão das audições e da preparação das votações indiciárias, na especialidade. Por seu turno, quanto às atividades do [Grupo de Trabalho – Comissões Bancárias](#), deu conta das audições já realizadas no âmbito da apreciação do Projeto de Lei referente às *interchange fees*, estando a iniciar os trabalhos referentes aos projetos de lei em matéria de comissões de manutenção de contas à ordem.

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de abril de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Barbosa
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Norte
Michael Seufert
Nuno Serra
Pedro Pimpão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sónia Fertuzinhos